

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Diretor da ANP aponta posição inédita do país na crise entre EUA e Irã	2
Título: Analistas veem impacto reduzido sobre economia brasileira	6
Título: Revisitando o megaleilão	9
Título: Inadimplência de R\$ 8 bi do GSF é prioridade em energia.....	12
Título: Destaques	13
Título: Megaleilão de ‘Pipa’ pode atrair grandes operadores	14
Título: Braskem faz acordo em AL com custo inicial de R\$ 2,7 bi	16
Título: Frete rodoviários tendem a subir mais que a inflação	18
Título: Nova tabela deverá ser publicada até o dia 20.....	20
Título: Crise entre EUA e Irã testa política de combustíveis	21
Título: Por que os mercados mantiveram a calma?.....	22
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	25
Título: BNDES avança na venda de ação da Petrobrás	25
Título: Iraque exige saída de tropas dos EUA; Irã deixa acordo nuclear.....	26
VEÍCULO: O Globo	28
Título: Empenho e resultados são critérios do sobe e desce no time de Bolsonaro	28
Título: A guerra de Trump e a vida na estrada.....	30

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 06/01/2020**Seção:** Brasil**Autor:** Rodrigo Polito — Do Rio**Título:** Diretor da ANP aponta posição inédita do país na crise entre EUA e Irã

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, acredita que a recente crise entre EUA e Irã não provocará um choque do petróleo de grande magnitude, porque a geopolítica do setor mudou, com o aumento da produção americana e o crescimento das fontes renováveis. Para ele, com relação ao Brasil, que se tornará um dos cinco maiores exportadores de petróleo em dez anos, o aumento do preço da commodity gera mais arrecadação fiscal, apesar do impacto nos combustíveis. O executivo, porém, diz que o controle de preços é “página virada” e é contra o uso de recursos públicos para atenuar a volatilidade da gasolina e do diesel.

“Vale a pena, em um ambiente de transição energética, usar recursos adicionais para subsidiar combustível fóssil e dar sinal de preço equivocado para a economia? Há países que fizeram isso. Pergunto se algum deles teve sucesso econômico”, disse em entrevista ontem, no Rio. O diretor defende uma reforma no ICMS, que tem peso relevante no preço dos combustíveis. Engenheiro eletricitista e de petróleo, ele trabalhou por 30 anos na Petrobras, onde atuou na construção do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), em 1997, e mais recentemente foi presidente da Prumo Logística. Em seu último ano de mandato, Oddone concorda com a lei que impede a recondução no cargo.

Não existe maldição do petróleo, e sim má gestão. Se usar o dinheiro para show de samba, a culpa é do petróleo?”

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *Qual o efeito do ataque dos EUA?*

Décio Oddone: Durante décadas, as crises do petróleo criaram crises na economia, que geraram efeitos nefastos mundo afora. No Brasil, o reflexo mais importante disso foi a década perdida nos anos 1980 em função das duas crises do petróleo, em 1973 e 1979. Como isso é muito recente e está muito arraigado no pensamento das pessoas, não se percebe as mudanças estruturais que houve no mercado de petróleo nos últimos tempos. A partir da revolução do “shale” [petróleo não convencional] nos EUA, que ganhou força no fim da década passada, o quadro mudou completamente. Os EUA, que eram um grande importador de petróleo, tiveram um aumento brutal de produção, passaram a ser exportadores, e isso diminuiu a dependência americana do

Oriente Médio. Ao mesmo tempo, houve aumento de produção de petróleo convencional em outros países, como o Brasil. Antes havia um suprimento de petróleo muito concentrado no Oriente Médio. Mas abriram-se frentes de oferta em países com estabilidade política. Essa mudança toda na geopolítica do petróleo fez com que hoje as crises não sejam tão agudas. O “shale” significa o fim do petróleo caro no longo prazo. A outra novidade no cenário global é a demanda. A transição energética não é uma opção, é um fato. A sociedade já decidiu consumir energia mais limpa. Esse crescimento das fontes renováveis vai impactar a demanda futura de hidrocarbonetos. A transição energética e o crescimento das renováveis trouxeram para o nosso horizonte o início da redução da demanda por petróleo.

Valor: *Do ponto de vista geopolítico, qual a relação entre a morte de Qassem Soleimani e o ataque às refinarias da Saudi Aramco?*

Oddone: Essas crises de relações entre países geram instabilidade em um primeiro momento. Nesse caso [morte de Soleimani], ela gera também risco de aumento de ações terroristas e um risco de conflito mais longo e aberto. Mas esse não parece ser o cenário mais provável. O que o evento na Arábia Saudita em setembro mostrou foi um aumento do risco para o mercado de petróleo. Especialmente um aumento do risco concentrado nessas instalações que estão mais próximas das zonas de conflagração. Foi uma surpresa para a indústria um ataque com drones em instalações tão bem protegidas. Estávamos acostumados a pensar que, geopoliticamente, para se fazer um ataque daquelas proporções, para paralisar metade da capacidade de produção da Arábia Saudita em questão de horas, seria preciso uma força militar estruturada. Essa sensação de risco se confirmou agora com o esse episódio no Iraque. É a continuação desse processo de aumento de risco, que traz em um primeiro momento aumento de volatilidade. Nesse caso novo, é mais provável que haja aumento de ações terroristas do que um conflito aberto e longo. Nesse cenário, o que vamos ver é volatilidade [de preços], mas dificilmente vamos ter um choque de grande magnitude no preço.

Valor: *E quais os efeitos da crise entre EUA e Irã para o Brasil?*

Oddone: Muita coisa mudou no Brasil desde os choques do petróleo. O Brasil era absolutamente dependente de petróleo importado. Importávamos 1 milhão de barris diários. Agora exportamos mais de 1 milhão de barris diários. Nos próximos dez anos, seremos um dos cinco maiores produtores e exportadores de petróleo. O impacto na balança de pagamento será muito grande e na receita pública também. Estamos falando de possivelmente mais de R\$ 300 bilhões por ano de arrecadação. Em 2018, eram R\$ 50 bilhões. Nossa matriz energética também se diversificou. Nossa gasolina tem 27% de etanol. No diesel, são 11% de biodiesel. Como somos um país que exporta muito hoje e vai

exportar muito mais ainda, o aumento do preço do petróleo aumenta a receita pública no Brasil. É bom do ponto de vista fiscal. Ele gera impactos negativos na economia, porque eleva o preço, tem inflação e aumento de custos. A novidade é que, pela primeira vez na história, o Brasil teria recursos, se quisesse, para mitigar esses efeitos. O aumento de arrecadação que vamos ter para cada aumento de dólar no preço do petróleo no mercado internacional é maior do que o custo que isso teria em reais para mitigar o impacto no diesel, gasolina e GLP [gás liquefeito de petróleo]. A pergunta que fica é: vale a pena, em um ambiente de transição energética, usar recursos adicionais para subsidiar combustível fóssil e dar sinal de preço equivocado para a economia? Há países que fazem isso. Eu pergunto se existe algum desses que teve sucesso econômico.

Valor: *Mas o consumidor não terá certeza de que o recurso será bem utilizado para outros fins.*

Oddone: Sem dúvida. Mas aí é outra questão, aquela discussão interminável sobre a “maldição do petróleo”. Não existe maldição do petróleo. Existe má gestão. A novidade é que vamos ter dinheiro do petróleo. Se escolhermos fazer com esse dinheiro show de samba, festa de final de ano, pintar de dourado o calçadão, a culpa será do petróleo? A culpa será da má gestão. Compete a sociedade fiscalizar e se preparar para utilizar bem os recursos. É melhor ter dinheiro e escolher o que fazer do que não ter dinheiro.

Valor: *O presidente Bolsonaro sinalizou que uma saída seria a redução do ICMS. Isso é possível?*

Oddone: É uma decisão política dos governadores. Se você quer discutir preço de combustíveis de maneira efetiva, não adianta discutir só a commodity. O problema é que temos a visibilidade dos preços da commodities, que a Petrobras se acostumou a divulgar. Mas isso é um terço [gasolina] ou metade [diesel] do preço. Precisamos também ter atenção com os outros dois componentes: os impostos e as margens de distribuição e venda.

Valor: *O que pode ser feito com relação a tributos?*

Oddone: O ICMS é muito ineficiente na forma que ele é aplicado. O Estados estabelecem a alíquota de cobrança do ICMS. Para a gasolina, está na faixa de 25% a 34% do preço na bomba. No diesel, é de 12% a 25%. E no etanol, de 12% a 32%. O ICMS acelera movimento de preços na bomba. A cada 15 dias, os Estados fazem uma pesquisa de preços na bomba. Se o preço sobe, o governo reajusta o ICMS, para refletir o aumento. Quando o preço da refinaria ou de importação aumenta, e o dono do posto recebe aquele repasse e aumenta o preço na bomba, o governo estadual vai lá, faz uma pesquisa, vê que o preço na

bomba subiu e aumenta o ICMS. Quando ele aumenta o ICMS, o dono do posto aumenta o preço de novo. Daqui a 15 dias, o governo vê que o preço na bomba subiu de novo. E aí ele sobe o ICMS. Fica então um ciclo de alavancagem de aumento de preço. Da mesma maneira, para baixo. Há um efeito nocivo de volatilidade na arrecadação estadual. Idealmente, o ICMS deveria ser, na minha opinião, um valor fixo, que o Estado poderia reajustar em determinado período. A principal medida que poderia ser feita para melhorar o ambiente do setor de combustíveis do Brasil seria uma reforma do ICMS, equalizando e estabilizando os valores.

Valor: *Isso seria viável?*

Oddone: Isso é uma decisão dos Estados. Algo mais amplo teria que ser um acordo no âmbito do Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] ou a reforma tributária, que poderia endereçar esse tema.

Valor: *A Petrobras disse que segue monitorando os preços internacionais, após o ataque dos EUA.*

Oddone: A Petrobras é uma empresa que tem liberdade de atuação. E a liberdade de preços está dada pela lei. Na maior parte do mundo é assim, os repasses não são instantâneos.

Valor: *Seria ruim controlar preços enquanto a Petrobras coloca à venda refinarias?*

Oddone: Ninguém está falando de controle de preços no Brasil. Isso é página virada.

Valor: *O senhor acha que a sociedade já entende dessa forma?*

Oddone: Sim. Esse entendimento majoritário está presente. Também está começando a ficar presente o entendimento que são necessárias melhorias na forma que nós tributamos os combustíveis, especialmente o ICMS. Hoje ainda concentramos a discussão sobre o preço do petróleo na commodity. Ainda não temos um entendimento amplo de que é necessário também uma mudança no ICMS.

Valor: *O governo, no último ano, se preocupou com uma possível reação dos caminhoneiros.*

Oddone: Essa preocupação com os caminhoneiros é uma relação do governo na qual a ANP não tem envolvimento. Atuamos como órgão de consulta, de apoio nas questões relacionadas com combustíveis.

Valor: *O que o senhor pensa sobre a recondução no cargo?*

Oddone: Meu mandato não será renovado. Primeiro, sempre disse que não renovaria. E, segundo, porque não pode. A nova lei não permite isso e acho isso correto. Quando aceitei o desafio de vir trabalhar na ANP, no fim de 2016, vim com uma missão, que eu mesmo me impus, de contribuir para o processo de mudança profunda que vivemos no setor de óleo e gás nesses anos. A missão está cumprida.

Valor: *O que acha da divulgação dos preços dos combustíveis hoje?*

Oddone: Está bem melhor do que era antes.

Valor: *Está no ideal?*

Oddone: O ideal é ter mais divulgação em mais pontos, mais competição. Mas isso é uma construção. Vamos chegar lá.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Thais Carrança — De São Paulo

Título: Analistas veem impacto reduzido sobre economia brasileira

O aumento da tensão entre Estados Unidos e Irã deve ter impacto reduzido para a economia brasileira em 2020, avaliam especialistas. Segundo eles, numa situação extrema, um conflito militar entre os dois países poderia levar a uma escalada dos preços do petróleo e valorização adicional do dólar, com impacto sobre a inflação brasileira e a condução da política monetária pelo Banco Central (BC). No entanto, esse cenário é considerado pouco provável, pelo menos por enquanto.

Para a consultoria de risco político Eurasia, o conflito entre Washington e Teerã deve elevar moderadamente os preços do petróleo no mundo, para faixa entre US\$ 65 e US\$ 75 por barril, provocando efeito também moderado sobre os preços dos combustíveis no Brasil. Assim, o temor de uma nova greve dos caminhoneiros deve voltar ao radar, mas o risco deve ser confortavelmente manejado pelo governo. Na sexta-feira, o petróleo Brent fechou a US\$ 68,60 o barril e o WTI, a US\$ 63. No fim de 2019, o Brent terminou cotado a US\$ 66 e o WTI, a US\$ 61.

“Um conflito militar mais amplo, num cenário mais extremo, tem potencial para levar o preço do petróleo acima dos US\$ 100 por barril, impactando economias mais vulneráveis e podendo ser um gatilho para uma recessão nos Estados Unidos”, afirma Christopher Garman, diretor-executivo para as Américas da Eurasia. “Mas essa sequência de eventos é improvável.”

Para o Brasil, a principal preocupação no curto prazo são as repercussões de um aumento do petróleo sobre os combustíveis, diz o analista. “Politicamente é um tema sensível para o governo Bolsonaro, porque uma alta do petróleo leva à difícil decisão sobre se esse preço é repassado para o consumidor ou não”, afirma. “Dada a greve dos caminhoneiros e os danos que ela acarretou ao governo anterior, é uma preocupação para o Planalto.”

No médio prazo, a principal preocupação seria um possível desaquecimento do comércio global, em decorrência do conflito. “Novamente, é improvável que isso aconteça, mas poderia minar uma recuperação doméstica no Brasil, exatamente quando a economia começa a dar sinais claros de retomada”, diz Garman. Ele pondera, porém, que, como a economia brasileira é relativamente fechada, a repercussão sobre o crescimento seria menor do que em países mais abertos.

Para a Eurasia, a escalada do conflito entre EUA e Irã não muda, por ora, a perspectiva de um 2020 mais benigno para o Brasil no front externo.

“Difícilmente vamos ter um conflito armado ao ponto de gerar um preço do barril acima de US\$ 100”, diz Garman, avaliando que Teerã tem consciência da assimetria do poder bélico entre EUA e Irã. Além disso, ele diz que Trump já deixou claro que pretende evitar um combate com tropas em solo na região, embora o risco de um conflito mais amplo esteja hoje na mesa e deva ser monitorado.

“O preço do barril de petróleo deve variar entre US\$ 65 e US\$ 75 por barril, o que para o Brasil resultaria em um aumento dos preços de combustíveis não muito forte”, afirma ele. “Mesmo que isso gere preocupação de greve de caminhoneiros, é algo contornável, dado o fato de que boa parte da categoria é simpatizante do presidente, que tem capacidade de manejar o risco de greve.”

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, a crise entre Estados Unidos e Irã, após ataque americano que matou o general Qassem Soleimani, não muda por ora as perspectivas para a inflação no Brasil, mas deve aumentar a cautela do Banco Central na condução da política monetária.

Na visão do economista, num cenário extremo, o conflito poderia levar a uma escalada nos preços do petróleo, com impacto sobre os combustíveis no Brasil, e a uma apreciação adicional do dólar que poderia levar a inflação mais próximo da meta de 4%. Por outro lado, uma desaceleração da economia global reduziria exportações brasileiras e investimentos no país, afetando o crescimento da atividade, o que teria impacto desinflacionário.

Assim, diante dos possíveis efeitos conflitantes para a inflação, o BC deve aguardar o desenlace da crise. A MB Associados espera que a Selic se mantenha estável em 4,5% durante todo o ano de 2020 e que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerre o ano em alta de 3,7%.

Para Vale, o maior risco do conflito para a economia mundial seria uma disparada dos preços do petróleo por uma eventual decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) ou por uma guerra na região. “Quem seria mais penalizada seria a China, uma grande importadora de petróleo.”

Esse cenário, considerado pouco provável pelo economista, poderia ampliar a desaceleração esperada para a economia mundial em 2020. Por enquanto, porém, Vale acredita que o impacto do conflito sobre o crescimento brasileiro este ano será pequeno.

“Se houver uma guerra e o preço do petróleo disparar, há uma pressão forte de combustíveis, o que afeta o IPCA e você vai ter, no limite, um Banco Central mais preocupado com taxa de juros”, diz Vale. “Mas precisaria ter uma crise muito mais severa e grave para haver impacto concreto por aqui.”

Para o analista, pior do que o impacto econômico, pode ser o efeito do conflito para a imagem do Brasil. “Como vimos ao longo de 2019, o alinhamento automático que Bolsonaro tem tido com Trump pode ser mais uma pá de cal na imagem brasileira lá fora, de um país que tinha um viés mais neutro e está cada vez mais cegamente aderindo ao lado americano”, afirma, lembrando que o Oriente Médio é importante consumidor de produtos do agronegócio brasileiro, o que exigirá cautela nessa decisão.

José Pio Borges, presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), também teme que uma posição diplomática brasileira antagônica ao Irã e ao Oriente Médio possa afetar os negócios do Brasil com o país e a região. Por outro lado, avalia o analista, o conflito entre americanos e iranianos pode reduzir o foco na guerra comercial entre China e EUA, o que seria positivo para o Brasil, já que hoje essa é a principal ameaça para o crescimento mundial.

Para Borges, uma disparada dos preços do petróleo no mundo deverá ser evitada devido à possibilidade de os Estados Unidos aumentarem sua produção de petróleo e gás de xisto, como forma de compensar eventuais reduções de produção no Oriente Médio. Assim, o presidente do Cebri acredita que a piora do ambiente externo não ameaça a recuperação da economia brasileira em 2020. “Hoje a recuperação da nossa economia depende muito mais de nós mesmos do que de fatores externos.”

Para Vale, o conflito logo nos primeiros dias do ano dá o tom do que deve ser 2020 para o Brasil. “É uma economia que está começando a retomar, vai ter crescimento mais forte esse ano, já passou a reforma da Previdência e tem a PEC Emergencial que deve avançar neste semestre”, afirma. “Para o Brasil, em 2020, o risco parece vir mais de fora do que de dentro.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/01/2020

Seção: Opinião

Autor: Haroldo Lima

Título: Revisitando o megaleilão

Setores acham que o regime de partilha da produção, vigente no pré-sal brasileiro, prejudicou o leilão do excedente da cessão onerosa, de 6 de novembro passado. Querem aboli-lo. Seria um erro.

No megaleilão, o governo pretendia arrecadar R\$ 106,5 bilhões, conseguiu R\$ 69,96 bilhões; contava com parte significativa de dinheiro vindo do exterior, de onde menos de 10% virão; esperava uma corrida aos campos ofertados, só duas empresas concorreram, afora a Petrobras, e só dois campos foram arrematados.

Altos bônus estipulados mostram insensibilidade ou desconhecimento para o que ocorre no mundo, na frente energética

O ministro Paulo Guedes disse que “tivemos dificuldade para, no final, vender de nós para nós mesmos”. (O Globo 17/11/2019). Segundo a Bloomberg, “desastre total é a melhor maneira de descrever a rodada desta manhã”. E nessa linha opinaram outros grandes periódicos estrangeiros.

A apreciação desastrosa acima não tem a ver com a dinâmica do leilão, no que tem grande expertise a ANP. Tem a ver com injunções externas.

Diferentemente das licitações sob regime de concessão, nas licitações sob regime de partilha, o esforço principal não é para se aumentar o bônus, mas a

parte da União na partilha, que será paga pelas três décadas do contrato. Se o bônus for muito elevado, essa parte será diminuída, com prejuízo para a União,

No leilão de Libra, de 21 de outubro de 2013, o bônus estabelecido, R\$ 15 bilhões, foi grande, mas não extravagante. O esforço principal foi por assegurar uma boa participação da União no excedente em óleo, a parte da produção afora os custos ressarcidos. Estabeleceu-se 45,65% que, somados às parcelas do Imposto de Renda (25%) e da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (9%), totalizavam cerca de 75%, que é o percentual da produção que fica para a União, em países que tiram bom proveito da produção do petróleo.

No mega leilão, a preocupação do governo federal foi a de resolver problemas de seus déficits fiscais e os bônus foram exageradamente elevados.

Em Búzios, estabeleceu-se um bônus de R\$ 68 bilhões, mais de quatro vezes e meia o bônus de Libra, que já fora grande. Em compensação, enquanto em Libra, o percentual mínimo da União no excedente em óleo foi de 41,65%, em Búzios foi de 23%! Em Itapu - o outro bloco arrematado - foi de 18%.

Essas injunções externas deformaram o regime de partilha no megaleilão. Ele foi programado para viabilizar dinheiro a curto prazo, para resolver problemas fiscais. O megaleilão foi um leilão do Paulo Guedes.

Os altos bônus estipulados mostraram, por outro lado, insensibilidade ou desconhecimento para o que está ocorrendo no mundo, na frente energética.

A Bloomberg, há pouco, vaticinou a particularidade do momento, dizendo que, no ambiente energético mundial, “não vivemos uma época de mudanças, mas a mudança de uma época”. O horizonte de prevaecimento do combustível fóssil no planeta ficou pequeno, fala-se em 25/30 anos. Grandes investimentos nessa área estão sendo sopesados com a maior cautela.

Mas nunca um desastre ocorre por uma causa só.

A Petrobras tinha que ser ressarcida de investimentos já feitos na área da cessão. Só que não havia acordo sobre o montante dessas compensações. Resolveu-se deixar a solução do problema para depois. Quem arrematasse um campo, teria que se comprometer em compensar a Petrobras com um dinheiro que não sabia quanto era. Alguns analistas acreditam que esta foi a razão principal que afugentou as empresas.

Havia ainda a necessidade de acordos de coparticipação entre empresas, posto que apareciam áreas comuns entre elas, e acordos de individualização da produção, no futuro.

O Governo tinha, ademais, necessidade do bônus antes do fim de 2019, mas o contrato só seria assinado nos primeiros meses de 2020. Veio à baila a ideia de pagamento adiantado, ou em duas parcelas, de tal maneira que algum dinheiro entrasse imediatamente, para ajudar na solução dos déficits fiscais. Eram mais anormalidades.

Setores têm dito que a condição de operadora preferencial da Petrobras no certame também foi fator negativo no evento. Na verdade, nas árduas condições em que se dão as atividades petrolíferas no pré-sal, grandes petroleiras, às vezes, preferem ter a Petrobras como operadora, pelo menos por enquanto. Ademais, a única regalia que tem a Petrobras no pré-sal brasileiro, por ser brasileira, por ter descoberto o pré-sal e ser paraestatal brasileira é a preferência na escolha do bloco que quer operar.

Dita prerrogativa decorre de decisões tomadas em uma época em que o sentimento nacional estava em alta nas esferas oficiais. Hoje, ele está em baixa, mas não deve sucumbir, nem tampouco desaparecer a condição de operadora preferencial da Petrobras.

Contudo, a Petrobras usou o seu direito de preferência para, de certa forma, burlar o interesse nacional de ampliar a exploração do pré-sal brasileiro.

Para a 6ª Rodada sob regime de partilha, realizada no dia 7, a paraestatal indicara preferência para operar três blocos e só participou da licitação de um deles. Isto pode ter contribuído para que nessa rodada só um bloco tenha recebido ofertas, Aram.

Aprendendo com a experiência, faz-se necessário a regulação avançar no estabelecimento de mecanismos que coíbam procedimentos deste tipo no futuro.

Ao invés de se pretender acabar com o regime de partilha no pré-sal brasileiro, esforço deveria ser feito para aperfeiçoá-lo. A partilha não produz seus efeitos, por exemplo, se não houver uma fiscalização eficiente dos custos que serão ressarcidos. Sem fiscalização, esses custos podem subir bastante, diminuindo o excedente, do qual a parte da União é extraída. O fortalecimento da estatal criada para esse fim, a PPSA, é vital. E é estranho que não se vê falar muito nesse assunto.

Sem a partilha, a supervisão e controle pela União, eventualmente necessários em área tão prolífera, deixariam de existir. Os melhores frutos da produção não mais viriam para a União e as multinacionais seriam as mais beneficiadas. Isto, se ultrapassássemos outro problema sério, o da insegurança jurídica, o da instabilidade regulatória.

Haroldo Lima é engenheiro, e ex-diretor-geral da ANP**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 06/01/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Inadimplência de R\$ 8 bi do GSF é prioridade em energia**

Parece retrospectiva, mas não é. O mercado de energia elétrica começa mais um ano tendo como prioridade a solução para a judicialização do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês). Além de causar uma inadimplência de cerca R\$ 8 bilhões no mercado de curto prazo de energia, o impasse em relação ao assunto, que já dura cinco anos, gera incertezas que reduzem o interesse de investidores privados no segmento de geração de energia do país.

O projeto de lei (PL) que contém uma solução para o problema já foi aprovado pelo Câmara. Resta agora o aval do Senado. A Casa já havia votado essa solução, porém como o PL sofreu alterações na Câmara, voltou para a análise dos senadores. Agora o texto é questionado pelo senador Marcos Rogério (DEM-RO). O democrata, que tem procurado uma aproximação com o setor elétrico, diz querer averiguar com mais profundidade se o PL não prejudicará o consumidor.

“É uma luta inglória”, diz um executivo do setor. “Não está passando nada no Senado porque há uma negociação de posicionamento”, disse ele, com relação a disputa por cargos no governo.

Tema extremamente técnico, o GSF é a sigla para a relação entre o volume de energia previsto para ser produzido pelas hidrelétricas e o de fato fornecido por elas - que hoje está deficitária. Parte do déficit, porém, foi causada por fatores alheios à operação das usinas.

A energia vendida e não gerada pelas hidrelétricas virou exposição no mercado de curto prazo, alcançando o valor de R\$ 8 bilhões. Devido ao entendimento de que esse risco não deveria ser do gerador, os proprietários das usinas conseguiram liminares na Justiça para não arcar com essa exposição.

A proposta costurada por governo, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e geradores, e que consta no PL, prevê que as geradoras abram mão das liminares e paguem esses valores. Em contrapartida, o contrato de suas usinas será prorrogado proporcionalmente ao valor pago.

Além do GSF, outro tema polêmico dominará a agenda do setor elétrico em 2020. Trata-se da mudança das regras para o uso de sistemas de geração de energia solar distribuída - aqueles que atendem diretamente o consumidor final. Hoje, os usuários desses sistemas são isentos da cobrança pelo uso da rede de distribuição relativo ao volume de energia que os painéis solares injetam na malha quando não há o consumo próprio. A proposta em discussão na Aneel prevê a cobrança por esse uso da rede.

A questão coloca em lados opostos dois importantes setores do país. Por um lado, as distribuidoras entendem que a isenção da cobrança onera os demais consumidores. Por outro, a indústria de energia solar alega que a cobrança irá afetar a viabilidade econômica dos projetos, no momento em que esse mercado ainda está incipiente.

Um terceiro tema esperado para 2020 é a revisão das normas para a atuação das comercializadoras no mercado livre de energia. A iniciativa da Aneel se deve ao “boom” de empresas criadas nos últimos anos, a reboque do crescimento do ambiente livre, e que culminou com a quebra de duas companhias do segmento no ano passado, gerando prejuízo para setor de R\$ 200 milhões. O objetivo da agência é aprimorar o nível de governança do mercado livre, que já responde por 30% do consumo de energia do país.

Em termos de investimentos, 2020 promete ser um ano com a realização de muitos leilões. Na área de geração, além daqueles de energia nova convencionais A-4 e A-6 e o de energia existente A-1, o governo pretende realizar em abril um leilão especial de contratação de termelétricas existentes, para substituir um parque termelétrico a óleo combustível e diesel, que será descontratado a partir de 2023.

No segmento de transmissão, a Aneel pretende realizar dois leilões. Segundo o diretor-geral da agência, André Pepitone, o primeiro certame está previsto para ocorrer no fim do primeiro semestre, com investimentos estimados em R\$ 2 bilhões. O outro certame, previsto para o fim deste ano, deverá ofertar ativos com expectativa de investimentos que somam R\$ 10 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/01/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras vende campos

A Petrobras iniciou a fase vinculante para a venda de sua participação nos campos terrestres Dó-Ré-Mi e Rabo Branco, pertencentes à concessão BT-SEAL-13, localizados na Bacia Sergipe-Alagoas. Os campos foram adquiridos em 2005, na 7ª Rodada de Licitações da ANP. O campo de Rabo Branco produz óleo leve desde 2012 e, em 2018, teve produção média diárias de 161 barris por dia. O campo de Dó-Ré-Mi possui dois poços descobridores de gás, ainda sem produção comercial. Nesta fase do processo, os habilitados irão receber carta-convite com instruções sobre o processo de venda, incluindo orientações para o envio de propostas vinculantes.

Tenaris cresce nos EUA

A fabricante de tubos de aço Tenaris - empresa do grupo ítalo-argentino Techint, também presente no Brasil - concluiu na sexta-feira a aquisição da americana IPSCO Tubulars, da PAO TMK. Segundo a empresa, o valor final pago, após o cumprimento de termos contratuais, foi de US\$ 1,067 bilhão. Segundo Paolo Rocca, presidente da Tenaris, a aquisição marca um novo capítulo na expansão do grupo nos Estados Unidos, em uma “posição única” para atender a indústria de petróleo e gás daquele país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata — De São Paulo

Título: Megaleilão de ‘Pipa’ pode atrair grandes operadores

O governo paulista tem data marcada para realizar nesta quarta-feira o leilão do corredor rodoviário Piracicaba-Panorama (ou “Pipa”, como ficou conhecido), que deverá ser a maior concessão do setor já firmada no país.

O contrato de 30 anos prevê R\$ 14 bilhões de investimentos em obras nos 1.273 quilômetros de extensão das vias. A tarifa-base de pedágio, que será cobrada dos usuários por quilometragem percorrida, foi definida em R\$ 14,91 (a cada 100 km), para os trechos duplicados, e em R\$ 10,65 (também a cada 100 km), para trechos simples. Usuários frequentes poderão ter descontos.

A megalicitação, que será realizada no prédio da B3 (Bolsa de Valores), em São Paulo, ocorre após adiamento de pouco mais de um mês, provocado por uma decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

No fim do ano passado, o órgão chegou a suspender a concorrência diante de questionamentos de um advogado, que pedia a anulação do edital. Ao fim, a liminar foi derrubada, mas o governo teve que postergar a sessão pública do leilão, inicialmente marcada para 28 de novembro.

A expectativa é que a concorrência pelo lote fique entre os grandes operadores do país: CCR, Ecorodovias e Arteris. A gestora Pátria também é apontada como uma candidata.

A avaliação de analistas é que, devido à extensão da via e ao alto volume de investimentos exigidos pelo contrato no edital, a competição ficará restrita àqueles com muito fôlego financeiro e forte experiência com concessões rodoviárias no estado. “Será uma surpresa se um novo player participar do leilão”, avalia Marcos Ganut, sócio de infraestrutura da Alvarez e Marsal.

Uma parte das rodovias que compõem o corredor já estão sob a concessão da Centrovias, um contrato da Arteris que está próximo ao vencimento.

Por já ter conhecimento profundo do trecho, a Arteris é considerada favorita por alguns analistas que acompanham a concorrência - já outros consideram que a vantagem é relativa, uma vez que a companhia pode precificar riscos e entraves da região que os concorrentes desconhecem. Além disso, CCR e Ecorodovias têm profundo conhecimento de rodovias paulistas que cruzam ou passam muito perto do corredor leiloadado.

Mesmo para os operadores experientes e de grande porte, o contrato de “Pipa” é considerado complexo, segundo especialistas e executivos do setor.

“[O lote] É basicamente um conjunto de ‘sobras’ de rodovias que não seriam atraentes se leiloadas sozinhas, mas que foram colocadas em lote com trechos interessantes ao mercado, uma forma de fazer subsídio cruzado entre elas. A margem de rentabilidade, porém, tende a ser pequena. O desafio será explorar as sinergias com vias que as empresas já operam na região”, afirma o advogado Luis Eduardo Serra Netto, sócio do Duarte Garcia, Serra Netto e Terra.

Um dos aspectos da modelagem que garantiu a atratividade, diz ele, foi o valor quase simbólico da outorga fixa, definida em R\$ 15 milhões. O vencedor será aquele que oferecer o maior ágio em cima desse montante. Desde que a concessão foi anunciada, o governo paulista afirma que seu objetivo era privilegiar os investimentos, reduzindo ao máximo a outorga paga ao governo.

Também foram essenciais mecanismos do edital que ajudaram a dar segurança e garantir a financiabilidade do projeto, destaca Marina Anselmo, sócia do Mattos Filho. Há, por exemplo, a previsão de que, caso a concessionária tenha

problemas ao longo do contrato, que o pagamento aos financiadores seja feito nas condições originais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem faz acordo em AL com custo inicial de R\$ 2,7 bi

A Braskem deu um passo importante para resolver o imbróglio judicial que enfrenta há quase um ano em Alagoas, ao assinar um acordo com autoridades estaduais e federais, com custo inicial estimado em R\$ 2,7 bilhões. O acerto, que ainda deve ser homologado pela Justiça, acelera a retirada de 17 mil moradores de áreas de risco em quatro bairros de Maceió, ao mesmo tempo em que dá uma dimensão do impacto financeiro do caso sal-gema em suas contas. Pelos grandes números, a solução será cara, mas não tanto quanto sugeriam as ações movidas contra a companhia por diferentes órgãos públicos, que somam R\$ 39,5 bilhões em pedidos de reparação.

De partida, a Braskem reservou R\$ 1,7 bilhão para indenizar as famílias que serão afetadas pela desapropriação de aproximadamente 4,5 mil imóveis, e R\$ 1 bilhão para fechar quatro poços de extração de sal-gema, cujas condições são mais críticas. Por outro lado, o termo de acordo libera R\$ 3,7 bilhões da empresa que estavam bloqueados por decisão judicial - R\$ 2 bilhões voltam para o caixa e R\$ 1,7 bilhão vai para uma conta bancária, para cobrir as indenizações.

Sob o aspecto financeiro, a maior parte do problema em Maceió está coberta pelos R\$ 2,7 bilhões que serão provisionados, disse ao **Valor** o presidente da petroquímica, Roberto Simões. “O grosso do problema está dimensionado”, afirmou. A Braskem também foi autorizada a trocar seguros-garantia de R\$ 6,4 bilhões apresentados à Justiça por outros dois seguros, de cerca de R\$ 3 bilhões no total, como garantia às ações movidas pela Defensoria Pública de Alagoas e Ministério Público Estadual (MPE) e pelo Ministério Público Federal (MPF). Juntas, cobravam R\$ 26,7 bilhões em indenizações.

Anteriormente, a companhia havia se comprometido com a Defesa Civil a realocar 2 mil pessoas, que estão incluídas no novo acordo. A área inicial a ser desocupada, que era menor e atingia 500 imóveis, fica no entorno de 15 dos 35 poços de mineração de sal-gema que a companhia deixou de operar. Desses 15 poços, quatro terão prioridade nos trabalhos de fechamento, seguindo

orientação de estudos conduzidos pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG), da Alemanha. Mais 11 poços terão de ser fechados, mas não demandarão soluções complexas como as que serão aplicadas nesses quatro primeiros.

No acordo firmado no início de dezembro com a Defesa Civil, explicou Simões, a Braskem reconheceu a responsabilidade pelos danos no entorno dos 15 poços de sal-gema. No termo assinado na sexta-feira, porém, a companhia não assume essa responsabilidade, mas admite participar de uma proposta de solução para aqueles que residem em áreas de risco. “Os estudos ainda não foram concluídos, mas a Braskem entende a gravidade da situação. Diante do risco aos moradores e das ações de bloqueio de recursos, foi melhor partir para um acordo”, disse.

No novo acordo, os valores acertados tomaram como base uma região considerada de risco pelo Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), empresa pública vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**, que associou a mineração de sal-gema da Braskem ao surgimento de rachaduras em imóveis e vias nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

A extração do sal, usado na fabricação do PVC, foi paralisada em maio e não será mais retomada na capital alagoana. Com a suspensão da mineração, a Braskem teve de parar as operações na fábrica de cloro-soda no Pontal da Barra, também em Maceió, que usa o sal como matéria-prima. A fábrica de PVC de Marechal Deodoro, no mesmo estado, seguiu em funcionamento, com dicloroetano (EDC) importado. A empresa pretende retomar as atividades nas fábricas de cloro-soda e dicloroetano no primeiro semestre.

De acordo com Simões, que assumiu o comando da Braskem em 1º de janeiro, em substituição a Fernando Musa, as conversas com Defensoria Pública, MPE, MPF e Defensoria Pública da União (DPU) tiveram início há alguns meses, mas ganharam velocidade nos últimos dez dias, diante da percepção de que uma solução era urgente. “O mais importante é tirar as pessoas para que não corram risco”, afirmou o executivo. Para a companhia, que tem até dois anos para concluir a desocupação, o acordo traz segurança jurídica, observa Simões, já que não haverá novos pedidos de bloqueio de recursos, ao menos por parte dessas autoridades. “Foi um passo importantíssimo”.

A área coberta pelo acordo será desapropriada e comprada pela Braskem. Ainda não há decisão sobre o futuro dessa região. Agora, a empresa, com acompanhamento da Defensoria Pública e da Defesa Civil, dará início às negociações individuais com as famílias atingidas. Os bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto estão próximos à lagoa Mundaú e, em boa parte, abrigam residências de baixa renda - no Pinheiro, o perfil é de classe média.

Além de fornecer aos investidores uma dimensão financeira do problema, a assinatura do acordo antes do início da campanha eleitoral municipal evita mais contaminação política, que já vinha ocorrendo e dificultando as conversas em busca de uma solução definitiva para o problema de milhares de famílias. O acerto também elimina incertezas numa potencial retomada do processo de venda da Braskem por Odebrecht e a sócia Petrobras. A desistência da LyondellBasell de comprar a petroquímica, no ano passado, deveu-se em boa parte ao problema.

O comportamento das ações da Braskem na B3 corroborou a percepção de que o acordo foi positivo. Na sexta-feira, os papéis PNA da petroquímica subiram 4,44%, a R\$ 31,75, na maior alta do Ibovespa em um dia ruim para os mercados após o ataque letal americano contra um general iraniano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/01/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Fernanda Pressinott — De São Paulo

Título: Fretes rodoviários tendem a subir mais que a inflação

O ano passado foi marcado por discussões e turbulência no mercado de fretes rodoviários, diante da espera pelo julgamento sobre a validade da tabela de preços mínimos, que não ocorreu no Supremo Tribunal Federal (STF), e do descontentamento de produtores, tradings e caminhoneiros quanto aos valores praticados.

A incerteza perdura neste início de 2020, e com o andamento dos trabalhos de colheita de mais uma safra recorde de grãos no país, o transporte das cargas pelas rodovias do país deverá subir, em média, pelo menos 5% nos próximos meses, pouco acima da inflação. Em algumas regiões de maior concorrência, as altas poderão superar 10%. E o pico de demanda será em março, e não em janeiro e fevereiro, como foi em 2019.

Esse é o cenário traçado pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (Esalq-Log), que acompanha de perto esse mercado e foi contratado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para destrinchar os custos dos caminhoneiros e bolar uma tabela de preços mínimos capaz de apaziguar os ânimos na cadeia produtiva (*ver ao lado*),

Abner Matheus João, pesquisador da Esalq-Log, lembra que os grãos foram semeados nesta safra no período tradicional - e não antecipadamente, como no

ciclo 2018/19 -, de forma que a colheita ganhará força a partir de fevereiro na maior parte dos polos, e não coincidirá com o escoamento de açúcar para exportação, o que aconteceu no ano passado. “Voltaremos a uma normalidade de demanda por caminhões”.

Em Mato Grosso, maior Estado produtor de grãos do país, de Sorriso ao terminal de Rondonópolis o preço médio do frete rodoviário foi de R\$ 117,60 a tonelada em janeiro de 2019, caiu para R\$ 116,97 no mês seguinte e para R\$ 104,52 em março. Em 2020, o cenário traçado pela Esalq-Log indica médias de R\$ 105,58 neste mês, R\$ 118,26 em fevereiro e R\$ 129,53 em março - 10,1% acima de janeiro do ano passado. Em outras rotas importantes para os grãos, o comportamento deverá ser semelhante (*ver infográfico abaixo*).

No Paraná, segundo maior Estado brasileiro produtor de grãos, a variação de preços médios poderá ser maior, de até 12%, porque o plantio da safra foi mais tardia. “Quando o Estado começar a colher soja, não haverá muitos caminhões disponíveis porque eles terão se deslocado para os Estados do Centro-Oeste, então as empresas terão que pagar mais caro para ter transporte, afirma Abner.

De acordo com o pesquisador, todos os valores praticados atualmente no mercado de fretes remuneraram os caminhoneiros e estão acima dos indicados pela tabela de preços mínimos em vigor. “Pelos nossos cálculos, mesmo no período de baixa os motoristas estão recebendo o suficiente para pagar os custos, apesar de o cálculo de lucro ser controverso”. Uma nova tabela com preços corrigidos está sendo finalizada pela Esalq-Log e deverá ser publicada pela ANTT até 20 de janeiro.

Mas essa não é a visão de grande parte dos caminhoneiros. “No período de colheita, conseguimos realmente os valores da tabela ou até acima, porque há muita demanda. Mas, durante o resto do ano, é um salve-se-quem-puder. Aceitamos qualquer coisa para não ficarmos parados, e muitas vezes temos prejuízo”, disse um deles ao **Valor**.

No segmento de fertilizantes, o chamado frete de retorno deverá subir apenas em linha com a inflação, ou entre 4% e 5%. “A normalidade da safra permitirá uma maior disponibilidade de caminhões no período certo, e os caminhões poderão ficar dois ou três dias nos portos para receber os fertilizantes antes de voltarem”, diz Abner Matheus João.

Durante a colheita de 2019, em algumas rotas o frete de retorno chegou a subir mais de 30% devido à necessidade de caminhões no campo ao mesmo tempo

em que eram demandados nos portos para transportar os insumos. Na ocasião, tradings chegaram a pagar para os veículos voltarem vazios mais rapidamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/01/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Fernanda Pressinott — De São Paulo

Título: Nova tabela deverá ser publicada até o dia 20

Esalq-Log avalia ajustes na metodologia e correção de valores

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) tem até o dia 20 de janeiro para publicar a nova tabela com os pisos mínimos do frete rodoviário no país, após consulta pública finalizada em 8 de dezembro. Segundo Thiago Péra, coordenador do grupo da Esalq-Log, que participou de reuniões com representantes de motoristas, empresas e do governo em torno dos novos parâmetros, as correções de preços ainda não foram definidas. A Esalq-Log foi contratada pela ANTT em janeiro de 2019, por dois anos, para revisar a metodologia de definição da tabela e atualizar seus valores mínimos.

Neste momento, a Esalq-Log estuda incluir na tabela uma nova categoria de carga (silo pressurizado) e uma remuneração especial para transporte de alto desempenho (carregamento e descarregamento em até três horas, por exemplo). Também avalia considerar gastos dos motoristas com pernoite e refeições, entre outros, como custo fixo.

Segundo Péra, as perspectivas para o segmento em 2020 são boas, diante da queda na taxa de juros do país, da retomada da atividade econômica e de mais uma safra recorde de grãos. “Os indicadores de vendas de veículos pesados e de consumo de combustível mostram que a demanda está maior, o que significa mais carga transportada”.

A tabela do frete foi criada pelo então presidente Michel Temer em 2018, após uma greve dos caminhoneiros que parou o país por dez dias. Na época, os motoristas reivindicaram a diminuição do preço do diesel e uma tabela mínima para prestar serviços. Associações do setor produtivo e empresas, porém, questionaram a constitucionalidade da tabela, que será julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O relator do processo, ministro Luiz Fux, pediu suspensão da decisão até a realização de audiência pública, que já foi feita. O julgamento foi remarcado para o dia 19 de janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/01/2020****Seção: Finanças****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Crise entre EUA e Irã testa política de combustíveis**

A provável escalada do preço do barril do petróleo após a morte de um dos líderes da Guarda Revolucionária Iraniana, o general Qassem Soleimani, em um ataque aéreo dos Estados Unidos no Iraque, deve ter efeito positivo para a Petrobras, em curto e médio prazos. Por outro lado, uma possível alta considerável da cotação do petróleo será um novo teste para a política de preços de combustíveis da estatal.

A repercussão da morte de Soleimani gera dois efeitos para as ações da Petrobras. O primeiro impacto é positivo e reflete a alta do preço do petróleo - Na sexta-feira, o contrato do Brent para março fechou em alta de 3,54%, a US\$ 68,6 por barril, enquanto o WTI para fevereiro subiu 3,05%, a US\$ 63,05 por barril. O segundo é negativo e evidencia uma maior aversão a risco pelo investidor, que se refletiu na desvalorização de 0,09% do Ibovespa no fechamento do pregão de sexta-feira, a 118.469 pontos. As ações ON da petroleira fecharam em queda de 2,47%, a R\$ 31,99, enquanto o papel PN recuou 0,81%, a R\$ 30,45

Considerando apenas o cenário petrolífero, os efeitos tendem a ser mais positivos do que negativos para a empresa brasileira. Afinal, ela está em trajetória de aumento de sua exportação líquida de óleo. No acumulado de 2019 até setembro, a exportação líquida de petróleo da estatal foi de 336 mil barris diários, 30,23% superior ao apurado em igual período de 2018.

Desde então, a produção da Petrobras só fez subir. Em novembro, a companhia registrou novo recorde de produção diária, de 3,2 milhões de barris de óleo equivalente (BOE). E a expectativa era fechar dezembro com produção média de 3,1 milhões de BOE por dia.

Por outro lado, a maior preocupação dos desdobramentos da crise entre EUA e Irã para a Petrobras deverá se concentrar no mercado doméstico de combustíveis. Isso porque, com uma possível elevação do preço do petróleo, a tendência é que seja necessário um repasse para os preços da gasolina e do diesel no mercado brasileiro, dentro da estratégia de paridade com os preços internacionais dos combustíveis.

O repasse para os preços dos combustíveis, porém, ainda é um tema sensível no governo Bolsonaro, que observou com cautela possíveis movimentos de paralisações de caminhoneiros no ano passado.

Na sexta-feira, o presidente destacou que seu governo não intervém nos preços dos combustíveis, mas sinalizou que, caso os preços continuem subindo, ele vai conversar com seus auxiliares para “buscar soluções”.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, afirmou em entrevista ao canal de TV “Globo News”, que não acredita em um repasse imediato da alta da cotação do petróleo para os combustíveis pela Petrobras. Segundo ele, a companhia deverá aguardar a evolução dos preços nos próximos dias.

Em relatório publicado pela CBIE em 20 de dezembro, os preços do diesel e da gasolina nas refinarias no Brasil estavam R\$ 0,06/litro e R\$ 0,07/litro, respectivamente, acima dos preços no Golfo do México (EUA).

Caso a Petrobras não repasse a alta dos preços do petróleo para os combustíveis vendidos nas refinarias, os investidores poderão reagir de forma negativa, observando um sinal de intervenção do governo na estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/01/2020

Seção: Finanças

Autor: John Authers — Bloomberg

Título: Por que os mercados mantiveram a calma?

Os mercados odeiam “cisnes negros” e sempre odiarão. Desde o livro de Nassim Nicholas Taleb, de 2007, qualquer evento extremo, mas muito improvável, é chamado de “cisne negro”, em uma referência à filosofia do conhecimento. Assim como os europeus acreditavam ter motivos para achar que todos os cisnes eram brancos até que descobriram a Austrália e perceberam que alguns cisnes eram negros, os mercados têm dificuldade de lidar com eventos para os quais há poucos precedentes.

Com três dias do início do ano, o primeiro choque geopolítico autêntico já nos mostra o problema. As notícias de que os Estados Unidos mataram Qassem Soleimani, líder da força Quds da Guarda Revolucionária do Irã, indicam uma escalada significativa em um conflito latente há décadas. A guerra total entre os EUA e o Irã é agora mais provável do que era antes. E é sensato supor que o Irã vai cumprir sua promessa de “retaliação severa” por algo que descreve como um ato de guerra.

A situação é indiscutivelmente grave. Isso aconteceu quando a liquidez nos mercados internacionais era baixa, com muitos operadores ainda em férias de fim de ano, e o otimismo reinava. Os principais índices de ações dos EUA fecharam o ano passado em níveis recordes, com avaliações que pareciam perigosamente estendidas, enquanto os ativos de risco em todo o mundo desfrutavam de uma recuperação graças ao relaxamento das tensões no conflito comercial dos EUA com a China.

Se tudo isso for levado em conta, a reação do mercado é surpreendentemente calma. O petróleo, na medição dos preços futuros do Brent e do West Texas Intermediate (WTI), subiu, é claro. Mas no encerramento dos negócios da sexta, a US\$ 68,60 o barril (alta de 3,54%), o preço do Brent ainda não estava muito superior aos US\$ 68,44 de 30 de dezembro. O WTI chegou rapidamente a seu nível mais alto em sete meses, fechando a US\$ 63,05 (alta de 3,05%), um pouco abaixo do nível de US\$ 63,38 atingido em setembro do ano passado, depois que um ataque de drone, apoiado pelo Irã, derrubou a produção em uma instalação de petróleo da Arábia Saudita.

O ouro, um refúgio tradicional em tempos de incertezas internacionais, subiu 1,59% para US\$ 1.552,40 a onça-troy, mas ainda continuava um pouco abaixo da alta de seis anos que atingiu no auge dos temores sobre o conflito comercial. As taxas de retorno dos bônus caíram, numa nova mostra de que os investidores queriam um porto seguro, mas apenas até os níveis que tinham estabelecido uma ou duas semanas atrás. Os rendimentos dos treasuries de dez anos recuaram de 1,88% para 1,80%, enquanto os do papel de dois anos caíram de 1,58% para 1,53%.

Os mercados de ações tiveram um dia ruim, mas sem surpresas. Os prejuízos graves ficaram restritos àquelas empresas que, como as companhias aéreas, estão mais expostas ao aumento dos preços do petróleo. O índice S&P 500 teve baixa de 0,71%, enquanto o Dow Jones recuou 0,81%. A Nasdaq perdeu 0,79%.

Por que os mercados conseguiram se manter tão calmos? Uma das grandes razões é que o preço do petróleo, motivo pelo qual os eventos no Oriente Médio geram tanta preocupação, é menos importante do que costumava ser. O desenvolvimento do xisto nos EUA como uma opção de fornecimento e as medidas na direção de fontes de energia alternativas reduziram a dependência mundial do petróleo do Oriente Médio, e também tornaram mais difícil sustentar aumentos de preços.

Mesmo o pico após o ataque de setembro foi completamente revertido em duas semanas. Mais ainda, os preços mais altos do petróleo, se mantidos, tendem a se traduzir em um dólar mais barato, o que neste momento é um resultado desejado quase universalmente. Um dólar mais barato estimularia o

comércio, aliviaria a pressão sobre a dívida em dólar dos mercados emergentes e achataria os ganhos no exterior das multinacionais americanas, supervalorizadas atualmente.

O preço mais alto do petróleo também ajudaria os muitos produtores de xisto com resultados fracos a fortalecerem suas posições. É muito pouco provável que estimulasse qualquer grande excesso de oferta. Portanto, a avaliação é de que qualquer aumento nos preços do petróleo teria vida curta e seria possível sobreviver a ele. Em segundo lugar, há divergências sobre o que exatamente significariam “guerra total” ou “retaliação severa”. O Irã tem várias opções. Pode recorrer a novos ataques contra alvos dos EUA na região, ou tentar fechar o Estreito de Ormuz, ou realizar ataques às instalações petrolíferas da Arábia Saudita. Mas, a partir do fato de que o petróleo bruto hoje é menos crítico para o mundo do que costumava ser, todos eles representam riscos controláveis do ponto de vista do mercado de capitais.

O Irã não pode invadir os EUA ou ameaçá-lo com armas nucleares. Um “cisne negro” seria um ataque terrorista em solo americano nas dimensões dos atentados de 11 de setembro de 2001. Se o Irã já tiver capacidade para fazer algo assim, então aumenta a probabilidade de que isso aconteça. Não tenho ideia de como medir essa probabilidade, assim como quase ninguém, entre os responsáveis por alocar capital, tem ideia.

Há outro “cisne negro” no horizonte. É concebível que os EUA possam recorrer a uma invasão do Irã, nas mesmas linhas da invasão do Iraque em 2003. Tal medida não conseguiria apoio doméstico, e qualquer conflito desse tipo provavelmente infligiria custos financeiros e humanos aos EUA que superariam suas guerras no Iraque, no Afeganistão ou até no Vietnã.

Não podemos ter certeza absoluta de que isso não vá acontecer. E é justo dizer que o risco de um conflito assim acabou de aumentar, de um número muito muito baixo para outro número muito baixo. Se isso acontecesse, os mercados passariam por uma enorme liquidação - mas, novamente, medir exatamente qual seria o prejuízo em uma situação hipotética e sem precedentes é difícil ao ponto de ser inútil. Isso deixa os investidores sem nada a fazer além de reconhecer a possibilidade de que “cisnes negros” existem e, por enquanto, precificam apenas os efeitos mais diretos da escalada mais recente de um conflito que vinha fermentando há muitos anos como um risco de segundo plano. Isso é alarmante e inquietante, mas a avaliação dos investidores até agora parece correta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/01/2020****Seção: Economia****Autor: Fernanda Guimarães****Título: BNDES avança na venda de ação da Petrobrás**

Segundo documento, banco poderá vender todos os seus papéis ordinários da estatal

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deu mais um passo para vender todas as suas ações ordinárias (com voto) da Petrobrás, numa oferta global nas bolsas de São Paulo e Nova York, que poderá movimentar R\$ 23,5 bilhões, conforme as cotações da última sexta-feira. Em documento publicado nos Estados Unidos, também na sexta-feira, a Petrobrás confirmou que o BNDES tentará vender de uma vez um pouco menos da metade de sua participação na petroleira, avaliada em torno de R\$ 56 bilhões. A venda deverá ser concluída no início de fevereiro, como revelou a 'Coluna do Broadcast' na semana passada. Em meados de dezembro, a Petrobrás comunicou ao mercado que o BNDES tinha iniciado os procedimentos para fazer a oferta.

O primeiro passo foi a autorização dada pelo Conselho de Administração do banco. O aval permitia à diretoria do BNDES se desfazer de "até a totalidade" das ações ordinárias, mas o documento publicado nos EUA, que é preliminar, confirma a intenção de vender tudo de uma vez. Além das ONs, o BNDES tem mais R\$ 32,4 bilhões em ações preferenciais (PN, sem voto) da Petrobrás. Esses papéis serão vendidos em operações em bolsa. A autorização do conselho do BNDES para as vendas das PNs vale por seis meses. Segundo o documento divulgado nos EUA, a venda das ações ocorrerá simultaneamente em São Paulo e em Nova York, onde as ações da Petrobrás são negociadas por meio de títulos específicos que representam os papéis negociados no Brasil.

A oferta nas duas bolsas é importante para o BNDES vender todas as ações ON em uma única operação. O BNDES já tinha indicado que faria a oferta também no exterior. Quando selecionou os bancos de investimento que trabalharão na oferta, o banco de fomento escolheu uma instituição estrangeira como líder. Os coordenadores da operação são Credit Suisse, Bank of America, Bradesco BBI, Banco do Brasil, Citigroup, Goldman Sachs, Morgan Stanley e XP Investimentos, como também antecipou a "Coluna do Broadcast".

Plano. A confirmação da megaoferta de ações da Petrobrás reforça a estratégia do BNDES de acelerar a redução de sua carteira de participações acionárias, hoje avaliada em R\$ 120 bilhões. Logo que assumiu o cargo, em julho, o

presidente do BNDES, Gustavo Montezano, colocou a aceleração do enxugamento da carteira, que já vinha desde 2018, como uma de suas metas.

Após mudar as regras internas da gestão da carteira, Montezano sinalizou a intenção de reduzir o montante investido em 80% até 2022. Uma semana antes do Natal de 2019, o banco se desfez de sua participação na Marfrig, embolsando R\$ 2 bilhões. Para este ano, além da Petrobrás, o BNDES programa vender metade de sua fatia na JBS, em uma operação de cerca de R\$ 8 bilhões, além de ações da companhia elétrica Copel e da siderúrgica Tupy.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/01/2020

Seção: Internacional

Autor:

Título: Iraque exige saída de tropas dos EUA; Irã deixa acordo nuclear

Iraque exige retirada de tropas dos EUA; Irã suspende acordo nuclear

Alto risco. Decisões tomadas após a morte de general Suleimani podem comprometer capacidade americana de realizar operações contra Estado Islâmico, aumentar influência de Teerã na região e dificultar controle internacional sobre programa atômico iraniano

BAGDÁ

O Parlamento do Iraque aprovou ontem uma resolução que exige a retirada de tropas dos EUA do país. A decisão foi um resposta ao ataque que matou o general iraniano Qassim Suleimani, em Bagdá, na sexta-feira. Outra consequência direta da operação americana foi a iniciativa do governo do Irã de suspender o acordo nuclear de 2015. Em comunicado, o governo iraniano declarou que seu “trabalho de enriquecimento de urânio não respeitará mais o acordo” e não terá mais restrições. O pacto – firmado com Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha, Rússia e China – limitava o nível de enriquecimento a 3,6%. O urânio de baixo enriquecimento é usado para gerar energia.

Para ser usado em uma bomba atômica, o material precisa ser enriquecido até 90%. No entanto, uma vez que um país tenha capacidade de enriquecê-lo a aproximadamente 20%, o tempo necessário para chegar a 90% é reduzido pela metade, segundo os cientistas. O acordo nuclear vem sofrendo golpes desde maio de 2018, quando Donald Trump retirou os EUA do pacto. Em julho, o Irã afirmou que estava pronto para enriquecer urânio a qualquer nível e em qualquer quantidade. Na época, o processo de enriquecimento alcançou os 5%.

Em setembro, Teerã descumpriu mais uma etapa do acordo ao começar a produzir urânio em centrífugas avançadas.

Por um fio. O que segurava o pacto era a diplomacia europeia, que vinha acenando com a possibilidade de driblar as sanções americanas e incrementar o comércio com o Irã. A União Europeia, porém, nunca conseguiu de fato encontrar uma maneira de escapar das restrições impostas pelo sistema financeiro americano. Outro problema para os EUA foi a decisão do Parlamento iraquiano de expulsar os 5,2 mil militares americanos do país, que depende agora da assinatura do primeiro-ministro Adel Abdul Mahdi. Como foi o premiê que recomendou a resolução aos deputados, ele não deve impor objeções. Apesar de ter sido governado durante décadas por um ditador sunita – Saddam Hussein –, a maioria da população iraquiana é xiita, como a do vizinho Irã.

Por isso, a nova democracia iraquiana é refém de deputados xiitas e da pressão externa de Teerã. O placar da votação de ontem foi 170 a 0. No entanto, muitos dos 328 deputados – principalmente sunitas e curdos – não votaram. A eventual retirada das tropas dos EUA do Iraque teria graves consequências para a influência americana na região. O primeiro efeito catastrófico seria o aumento da influência regional iraniana. O segundo resultado da retirada americana seria a perda de capacidade dos EUA de combater o terrorismo – o que já aconteceu. Ontem, a coalizão internacional que luta contra o Estado Islâmico suspendeu suas operações contra o grupo terrorista para se concentrar na proteção dos soldados americanos.

Diante do cenário sombrio, o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, tentou minimizar a decisão do Parlamento iraquiano. Ao fazer uma blitz nos principais programas dominicais da TV americana, ele garantiu que o povo iraquiano quer que os EUA permaneçam no país e continuem a luta contra o terrorismo. “Ele (Mahdi) está sendo pressionado pelo Irã”, disse Pompeo ao programa Fox News Sunday. Pompeo teve também de defender uma nova ameaça de Trump ao Irã. Pelo Twitter, o presidente americano disse que atacaria 52 alvos “importantes para a cultura iraniana”, caso Teerã mantivesse sua promessa de vingar o assassinato de Suleimani. Vários analistas, além do chanceler do Irã, Mohamed Zarif, alertaram que atacar sítios culturais é “crime de guerra”.

Ontem, Pompeo se limitou a dizer que os EUA “agirão dentro da lei”. O corpo de Suleimani foi levado ontem de Bagdá para Ahvaz, no sudoeste do Irã, e depois para a cidade de Mashhad, um importante centro religioso xiita no nordeste do país. Em todo o trajeto, o corpo do general foi acompanhado por uma multidão. Ele será enterrado amanhã em Kerman, sua cidade natal. / NYT, WP, AP e REUTERS

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/01/2020****Seção: O Mundo****Autor: JUSSARA SOARES BRASÍLIA****Título: Empenho e resultados são critérios do sobe e desce no time de Bolsonaro**

Comparados a jogadores de futebol pelo presidente, ministros têm cotação variada na 'bolsa de valores' do governo após um ano

A analogia com o futebol costuma ser feita pelo próprio presidente Jair Bolsonaro: ele é o técnico, e os 22 ministros são os jogadores que estão lá para fazer gols. Se não contribuem para o placar favorável e o comportamento em campo desagrada, Bolsonaro vira árbitro e dá cartão amarelo. O presidente nega uma reforma ministerial imediata, mas admite que substituições podem ocorrer a qualquer momento.

Quem acompanha as reuniões com o primeiro escalão do governo conta que, quando não há mulher no ambiente, Bolsonaro costuma usar palavrões para cobrar empenho do time. O presidente, segundo um auxiliar, exige resultados e é duro nas cobranças. Quem entrega mais sobe na bolsa de valores do governo. Ser considerado de confiança também ajuda na cotação.

—Não tem nenhum ministro chateado comigo. Estão felizes com o que estão fazendo, estão tendo liberdade. É aquele jogador que está em campo que o técnico fica enchendo o saco dele, tem que fazer o gol. Então, acho que ninguém vai sair—disse Bolsonaro em dezembro.

Entre os ministros, Jorge Oliveira, da Secretaria-Geral e da Subchefia de Assuntos Jurídicos, é considerado indemissível. Elevado ao primeiro escalão em junho, termina o ano como o principal conselheiro do presidente. Advogado e major da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal (PM-DF), o ministro é filho do capitão do Exército Jorge Francisco, morto em 2018 e que por 20 anos trabalhou com Bolsonaro na Câmara. Oliveira, por sua vez, era chefe de gabinete do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

O ministro da Economia, Paulo Guedes, segue em alta. Na campanha eleitoral, era chamado de "posto Ipiranga", mas recentemente virou "patrão" do presidente nas pautas econômicas. O ministro Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), também segue no topo da lista de mais influentes no governo, apesar de estar mais longe dos holofotes nos últimos meses.

Outro que Bolsonaro costuma se referir como um dos craques do time é o

ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas. Segundo o presidente, ele tem a capacidade de fazer “milagre” com poucos recursos na mão. Apontado como um nome “terrivelmente evangélico” para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro André Luiz Mendonça (Advocacia-Geral da União) segue agradando.

EM ASCENSÃO

As duas únicas mulheres do primeiro escalão, Tereza Cristina (Agricultura) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) têm a deferência do presidente. A primeira é chamada de “leoa” por Bolsonaro. A segunda recebeu recentemente elogio nas suas redes.

No grupo em ascensão, estão ainda os ministros Fernando Azevedo e Silva (Defesa) e Luiz Eduardo Ramos (Governo). Amigos de longa data do presidente, eles têm atuado como conciliadores nos bastidores do Planalto. A Ramos, por exemplo, é atribuído o fato de Bolsonaro ter recuado e decidido enviar o vice-presidente Hamilton Mourão à posse do presidente Alberto Fernandez, na Argentina.

Apesar das críticas que recebem pela atuação, estão em uma curva ascendente os ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). Na avaliação do presidente, os dois têm executado as tarefas para as quais foram escalados.

“AMOR E ÓDIO”

Marcelo Álvaro Antônio (Turismo), suspeito de ter se beneficiado de candidaturas laranjas durante a campanha eleitoral, termina o ano mais seguro no cargo. Segundo um interlocutor do Planalto, o presidente diz ter informações de que as denúncias contra o ministro são inconsistentes. Além disso, recentemente Bolsonaro elogiou publicamente Antônio.

Embora seja considerado peça fundamental no governo, a relação com o ministro da Justiça, Sergio Moro, segue em altos e baixos. Bolsonaro, segundo um auxiliar, sabe da importância da popularidade do ex-juiz para o governo, mas costuma se irritar com os posicionamentos de Moro. Nas palavras de uma pessoa próxima ao presidente, trata-se de um “caso de amor e ódio”. A última divergência pública dos dois ocorreu após Bolsonaro não vetar a criação do juiz de garantias no pacote anticrime.

Titular da Casa Civil, Onyx Lorenzoni perdeu a articulação política do governo, mas tem se esforçado para vender a imagem de um “gerente” do Executivo. Auxiliares do presidente, dizem que Bolsonaro tem “gratidão” por ele. Outro

que tem uma relação difícil com o parlamento, **o ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia**, não está ameaçado, garante Bolsonaro.

Na parte de baixo da tabela está o ministro Abraham Weintraub, da Educação.

Em novembro, Bolsonaro elogiou tecnicamente Weintraub, mas disse que “falta dar uma calibrada” no discurso. A avaliação interna é que a postura radical do ministro, ligado ao escritor Olavo de Carvalho, incomoda o presidente e alguns dos seus homens de confiança.

Quem também terminou o ano em baixa é o ministro da Cidadania, Osmar Terra. Sua pasta perdeu a Secretaria Especial de Cultura, transferida para o Turismo. Este ano o programa Pátria Voluntária, coordenado pela primeira-dama Michelle Bolsonaro, passará para a Casa Civil. Michelle reclamava da estrutura do ministério e passará a despachar do Planalto. Para o presidente, também ficaram devendo resultados Luiz Henrique Mandetta, da Saúde, e Gustavo Canuto, do Desenvolvimento Regional.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A guerra de Trump e a vida na estrada

Com os caminhoneiros tensos por causado aviso de Bolsonaro de que haverá aumento no preço dos combustíveis por causa do conflito no Oriente Médio, a ordem na equipe econômica é acelerar os planos de abertura do setor. Isso significa avançar na liberalização do refino (abrindo o mercado hoje monopolizado pela Petrobras) e do gás natural, aí incluída mais competição no gás de cozinha e no transporte de ônibus e caminhões. Outro fator de tensão na turma que dirige caminhão é que, em 19 de fevereiro, o STF julgará pedido da CNI e de outras entidades patronais contra a tabela de fretes. A medida foi uma das principais concessões de Michel Temer para encerrar a greve dos caminhoneiros que parou o país em 2018.

MME / ASCOM .